

MARINA OLIVEIRA

e-mail: educacao@cbdata.com.br

## EDUCAÇÃO

# Teste antidroga nas escolas de Miami

*Os estudantes serão escolhidos por sorteio. O objetivo é detectar a presença de substâncias químicas no sangue dos alunos do 2º grau*

Rene Sanchez  
Do Washington Post

Durante anos, a rede pública do distrito de Dade, em Miami, Flórida, nos Estados Unidos luta contra o problema das drogas. E, por enquanto, com armas semelhantes às usadas no restantes do país: gastos maiores em educação antidrogas, aumento na segurança e penas mais graves para estudantes pegos com drogas.

Mas o que as autoridades do distrito estão dispostas a fazer agora é algo muito mais dramático. As escolas realizarão testes aleatórios, mas obrigatórios, para detectar a presença de substâncias químicas no sangue dos alunos do 2º grau. A escolha de quem será testado acontecerá por sorteio, a partir do início deste ano.

A nova e controversa medida, aprovada recentemente pelo conselho escolar local, fará de Miami a primeira cidade norte-americana a apelar para esse tipo de ação. É verdade, que algumas escolas já realizam buscas periódicas nos armários que os alunos mantêm na escola. Outras exigem que o estudante pego usando ou vendendo drogas seja submetido ao teste. Mas o plano do distrito de Dade vai muito além disso.

Antes mesmo de entrar em vigor, a novidade provocou uma barulhenta discussão nacional sobre o assunto. Muitos pais aprovam o teste aleatório — mas a maioria dos estudantes e educadores chamam a medida de excessiva, cara e pouco prática.

## DESESPERO

O debate mostra claramente como o papel das escolas públicas, especialmente nas grandes cidades, tem crescido de maneira inimaginável para gerações anteriores. Distritos escolares de todo país que vivem o mesmo desespero das escolas de Dade, em Miami — querendo manter os alunos longe das drogas ou recuperar os já viciados, — acompanham atentamente o desdobramento dessa experiência.

“Poucos consideram a hipótese de adotar uma política como essa, mas todos estão curiosos para ver o que irá acontecer em Miami”, admite Gus Steinhilber, do *National School Board Association* (com funções semelhantes ao Conselho Nacional de Educação no Brasil).

A maior parte dos colégios públicos reluta em apelar para os testes aleatórios entre os estudantes com medo de que a medida viole os direitos individuais — mais especificamente a proibição contra buscas injustificadas. O direito à inviolabilidade é um dos temas mais caros aos norte-americanos. A Suprema Corte tem apoiado testes antidrogas obrigatórios somente em casos muito particulares, como policiais em serviço ou atletas.

Os oficiais do distrito de Dade garantem, no entanto, que não há empecilhos legais para barrar a medida. Segundo eles, nenhum aluno será

submetido ao exame sem consentimento dos pais. Além disso, o estudante que apresentar traços de drogas no sangue não estará sujeito a processo criminal ou mesmo punição dentro da escola.

## TRATAMENTO

Os exames para detectar uso de maconha, cocaína e outras drogas ilegais será feito por médicos, fora do colégio. Somente os pais do aluno terão acesso aos resultados e recomendações de tratamento, que podem ou não ser seguidas. As escolas saberiam apenas informações gerais — quantos dos alunos apresentaram evidência de uso de drogas e qual a substância utilizada.

Os estudantes não serão escolhidos para fazer o teste baseado em comportamentos suspeitos ou problemas dentro de sala de aula, mas por sorteio — como acontece em competições esportivas nos exames antidoping.

Os partidários da ideia defendem que ela irá assegurar que nenhum grupo étnico será visado. Além disso, acreditam que isso forçará os pais a tomar parte ativa na resolução do problema de seus filhos.

“É um instrumento para aumentar o poder dos pais e eu acho que tem potencial para diminuir o uso de drogas em nossas escolas”, argumenta Renier Diaz de la Portilla — autor da proposta e integrante do conselho escolar local. “O problema do uso de drogas entre adolescentes é também da escola porque nem o melhor programa acadêmico funciona para alunos viciados”.

Outros integrantes do conselho escolar acham a medida inócua e alertam para o risco de criar o terror nos colégios públicos. *The American Civil Liberties Union* (grupo que defende os direitos individuais dos norte-americanos) está fazendo campanha contra o teste.

“É ridículo”, declarou Andy Kayton, diretora do grupo na Flórida. “A medida atingirá os estudantes que não têm problemas sérios. Não vejo como qualquer pessoa pode achar que isso irá amenizar o problema das drogas em nossas escolas”.

## MACONHA

Pais preocupados que seus filhos estejam usando drogas podem pedir que o estudante seja submetido ao teste por um programa do próprio distrito de Dade, a um custo relativamente baixo — US\$ 25. Alguns diretores acreditam que a nova medida aumentará o alcance desse programa. Outros argumentam que o exame é desnecessário pois outras ações antidrogas das escolas já mostram resultados.

Uma pesquisa sobre o uso de drogas entre adolescentes norte-americanos, divulgada recentemente pela Universidade de Michigan, mostra que o consumo de maconha no 2º grau estacionou, depois de cinco anos consecutivos de aumento. Mesmo assim, o uso de drogas entre jovens mais velhos não diminuiu.

Outros estudos da mesma natureza chegaram a conclusões seme-



lhantes sobre o problema. Os pais continuam alarmados. Em dezembro, uma pesquisa de opinião feita pela Escola de Saúde Pública de Harvard, indica que o uso de drogas permanece a maior preocupação dos pais em relação aos filhos.

Os diretores das escolas do distrito de Dade anunciaram que começarão os testes aleatórios este ano em alguns educandários da região.

Menos de 10 mil dos 82 mil alunos secundaristas do distrito podem ser submetidos ao teste, a um custo estimado de US\$ 200 mil.

As escolas públicas da Flórida investem em média US\$ 4,5 milhões em educação antidrogas. Para estender a medida aos demais distritos escolares de Miami seriam necessários vários milhões de dólares a mais.

Diaz de la Portilla afirma que pro-

pôs os testes aleatórios entre os alunos porque a proliferação do uso de drogas era uma das preocupações dominantes dos pais na campanha para o conselho escolar. “Eles querem que façamos mais do que estamos fazendo”, disse. “Não se pode mais dizer que o trabalho do colégio é somente ensinar conteúdos acadêmicos”.

Mas alguns pais desconfiam da eficácia da medida. “A forma como estão propondo realizar o teste agora é mais aceitável do que o plano inicial. Embora continuemos com dúvidas. Algumas pessoas acreditam que certos grupos étnicos serão mais visados. E outros acham que o uso de drogas por adolescentes é um problema da família e não da escola”, explica Carlos Seales, presidente da Associação de Pais e Mestres do Distrito.

Nas escolas de todo país, a droga e a violência vêm mudando a rotina dos alunos. Muitos atravessam diariamente portas com detectores de metais ou estão sujeitos a buscas por armas em seus armários.

Em alguns colégios de Miami, os alunos precisam usar uma identificação para que se perceba mais facilmente a presença de intrusos. Para esses estudantes, a última medida é apenas mais um aborrecimento.

## EQUÍVOCO

Alguns críticos argumentam que exigir autorização dos pais para realização do teste é um equívoco. Isso porque os alunos com os problemas mais sérios costumam vir de famílias que não se interessam por eles.

Os estudantes, por outro lado, temem que o teste acabe pegando mais aqueles que consomem drogas

ocasionalmente. Outros críticos afirmam que é inútil fazer o teste sem trabalhar com afinco para convencer o aluno a se tratar.

“Não se resolve nada simplesmente dedurando os usuários”, afirma Annunziato. “Isso pode ser um desperdício de dinheiro. E os alunos estão com medo. Alguns fumam um baseado no final de semana uma vez ou outra. Eles não querem acabar rotulados de viciados”.

Líderes estudantis, que participaram das discussões sobre o funcionamento dos testes, exigem que o sistema escolar pague o tratamento — proposta salgada.

Eles também querem que todos os estudantes sejam informados que mesmo com consentimento dos pais, as leis estaduais garantem ao aluno o direito de se negar a fazer o teste.